



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) ELEITORAL DA ZONA ELEITORAL DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ/TRE-SC**

**BC DA ESPERANÇA [Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FÉ
BRASIL (PT/PC do B/PV)/SOLIDARIEDADE/Federação PSOL
REDE(PSOL/REDE)] - BALNEÁRIO CAMBORIÚ E PARTIDO
SOLIDARIEDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, por intermédio de seus
procuradores constituídos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência,
com fundamento no art. 22 da Lei Complementar n. 64/90, no art. 10 da Lei n.
9.504/97 e no art. 8º da Res. TSE n. 23.735/2024, ajuizar

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

em face do **DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.
11.976.997/0001-36, com sede na Rua 1822, n. 400, Centro, Balneário
Camboriú/SC, CEP 88.330-484, representado pelo presidente Fabricio José Satiro
De Oliveira, e dos candidatos ao cargo de vereador do Partido Liberal a seguir
qualificados:

ANDERSON DOS SANTOS, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito
no CPF n. 034.749.569-90, residente na Rua 1929, n. 1331, Balneário Camboriú/SC;

ASINIL MEDEIROS, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF n.
584.607.729-34, residente na Rua Blumenau, n. 384, Balneário Camboriú/SC;

CARLOS SOUZA FERNANDES, brasileiro, casado, vereador, inscrito no
CPF n. 003.407.069-96, residente na Rua 4500, n. 11, ap. 701, Balneário
Camboriú/SC;

GUILHERME ALVARO BOOS MAIA CARDOSO, brasileiro, casado,
servidor público, inscrito no CPF n. 066.141.669-05, residente na 3ª Avenida, nº 550,
apartamento 202, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP 88330-087;

JAIR RENAN VALLE BOLSONARO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n.
042.253.211-85, residente na Av. Brasil, n. 3680, ap. 101, Balneário Camboriú/SC;





VICTOR HUGO SILVA FORTE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n. 051.446.219-10, residente na Rua Guará, n. 68, Balneário Camboriú/SC;

ELIETE ANDRADE VERAS, brasileira, casada, inscrita no CPF n. 026.855.513-36, residente na Rua Dom Francisco, n. 530, Balneário Camboriú/SC;

FERNANDA GELOCHA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF n. 980.582.900-68, residente na Rua Dom Henrique, n. 60, Bairro Vila Real, Balneário Camboriú/SC, CEP 88.337-155;

ROZELIA ROCHA MARTINS, brasileira, casada, inscrita no CPF n. 461.414.489-68, residente na Rua Ilhas Carolinas, n. 84, Bairro Nações, Balneário Camboriú/SC, CEP 88.338-273;

SUELLEN DE ARRUDA GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF n. 883.331.402-20, residente na Rua n. 1301, n. 412, ap. 604, Balneário Camboriú/SC;

Em litisconsórcio passivo facultativo, em conformidade com a jurisprudência do TSE¹, tem-se ainda:

ANDRÉA PORFÍRIO LIBERATORI HOWE, brasileira, inscrita no CPF n. 088.072.297-57, RRC 0600190-25.2024.6.24.0056;

GRAZIELA ARALDI DE AZEVEDO, brasileira, inscrita no CPF n. 910.370.930-20, RRC 0600199-84.2024.6.24.0056;

ROSINALVA APARECIDA PEREIRA ROCKFELLER ZIMMER, brasileira, inscrita no CPF n. 794.855.459-91, RRC 0600206-76.2024.6.24.0056;

ARLINDO DA CRUZ, brasileiro, inscrito no CPF n. 309.494.679-87, RRC 0600192-92.2024.6.24.0056;

JONE ANTONIO MOI, brasileiro, inscrito no CPF n. 562.235.019-00, RRC 0600202-39.2024.6.24.0056;

¹ No julgamento conjunto dos AgR-REspe 684-80 e 685-65, red. para o acórdão Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 31.8.2020, este Tribunal assentou, por maioria de votos, que: "Não há obrigatoriedade de que pessoas apenas reflexamente atingidas pela decisão integrem o feito. Os suplentes são, portanto, litisconsortes meramente facultativos. Embora possam participar do processo, sua inclusão no polo passivo não é pressuposto necessário para a viabilidade da ação". Conclui-se que as "ações que discutem fraude à cota de gênero, sejam AIJE ou AIME, não podem ser extintas com fundamento na ausência dos candidatos suplentes no polo passivo da demanda". [...] 4. O princípio da colegialidade deve ser prestigiado em nome da estabilidade das relações jurídicas, que impõe atuação uniforme desta Corte Superior. 2112017-60.8004.0.00.0004, REspEI - Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 211 - BOM JESUS DO NORTE - ES, Acórdão de 05/11/2020, Relator(a) Min. Sergio Silveira Banhos, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 243, Data 24/11/2020.





CLAUDIA BRESSAN
CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

MARCOS BROLLO JUNIOR, brasileiro, inscrito no CPF n. 005.808.429-08, RRC 0600195-47.2024.6.24.0056;

PAULO DO AMARAL FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF n.112.389.680-15, RRC 0600204-09.2024.6.24.0056;

ROBERTO SOUZA JUNIOR,

VICTOR GUILHERME CAMPOY AMATO, brasileiro, inscrito no CPF n. 384.034.888-90, RRC 0600198-02.2024.6.24.0056;

WELLINGTON SANTOS COELHO, brasileiro, inscrito no CPF n. 269.185.408-66, RRC 0600207-61.2024.6.24.0056.



(48) 99148-0206



R. Jerônimo Coelho, 383 • Sala 406
Centro, Florianópolis - SC



SUMÁRIO

I.	CONTEXTUALIZAÇÃO INTRODUTÓRIA	5
II.	REQUISITOS DA AÇÃO.....	6
III.	DESCRIÇÃO FÁTICA - CANDIDATURAS FICTAS	7
	iii.1 – ELIETE ANDRADE VERAS	7
	iii.2 – SUELLEN ARRUDA GONÇALVES.....	9
	iii.3 – FERNANDA GELOCHA.....	11
	iii.4 - ROZELIA ROCHA MARTINS	13
	iii.5 – DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE AS CANDIDATURAS.....	15
IV.	FRAUDE À COTA DE GÊNERO.....	16
V.	REQUERIMENTOS.....	19





I. CONTEXTUALIZAÇÃO INTRODUTÓRIA

Trata-se de Ação de Investigação Judicial que busca apurar a ocorrência de fraude, mediante a burla da determinação expressa no §3º do art. 10 da Lei n. 9.504/97 de que os partidos e coligações devem preencher no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas para cada sexo.

Em que pese esse dispositivo legal, a promoção da igualdade de gênero e o fomento à inclusão efetiva de mulheres no processo político encontra fortes resistências no momento de sua efetivação, o que dá azo à fraude, que pode ser observada pelo reduzido financiamento de candidaturas, ao recrutamento de candidatas com pouco potencial eleitoral, entre outros.

No presente caso, traz-se à tona ao menos 4 candidaturas potencialmente fictas, quais seja, as candidatas **ELIETE ANDRADE VERAS, FERNANDA GELOCHA, ROZELIA ROCHA MARTINS E SUELLEN ARRUDA GONÇALVES**, todas vinculadas ao Partido Liberal de Balneário Camboriú.

Dentre as 19 vagas, a agremiação **elegeu 06 vereadores e formou a maior bancada** (31%) e, pela elevada votação da legenda, alcançou o feito de enquadrar **todos** os demais candidatos como suplentes. Em que pese o fenômeno de votos, **nenhuma mulher foi eleita**.

Ora, com tamanho poder de captação do eleitoral da cidade de Balneário Camboriú, seria ao menos razoável que uma mulher fosse eleita, caso houvesse investimento por parte da agremiação equivalente ao realizado em prol dos homens.

No entanto, deduz-se que não houve efetivo empenho para alcançar o objetivo da norma no mundo real, senão o encaminhamento pelo cômodo preenchimento do requisito meramente formal.

Tem-se como **premissa** para esta ação os critérios elencados na Resolução TSE n. 23.735/2024 – Ilícitos Eleitorais, especificamente o previsto no art. 8º:

(i) no §1º:

- A obtenção de votação zerada ou irrisória de candidatas;
- A prestação de contas com idêntica movimentação financeira
- A ausência de atos efetivos de campanha em benefício próprio

(ii) no §2º:

- a negligência do partido político ou da federação na apresentação e no pedido de registro de candidaturas femininas, revelada por fatores como **a inviabilidade jurídica patente da candidatura**, a





inércia em sanar pendência documental, a revelia e a ausência de substituição de candidata indeferida.

Considerando os requisitos legais acima, serão destacadas as particularidades de cada candidatura feminina ficta, como a ausência de gastos, a inexistência de atos de campanha, elevada disparidade da distribuição de recursos financeiros em comparação com os candidatos, entre outros, que faz suscitar a presente investigação por fraude.

II. REQUISITOS DA AÇÃO

O cabimento da ação investigatória foi previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64/90² e, por sua vez, há justa legitimidade ativa do proponente da presente ação, no caso, partido político que atuou de forma isolada e não formalizou qualquer Coligação para o pleito de 2024.

Quanto a competência do juízo eleitoral para conhecer e processar o processo, tem-se a diretriz do art. 24 da mesma lei³.

De outro modo, a ação de investigação judicial eleitoral pode ser proposta até a data da diplomação dos candidatos e desta forma, por ter sido proposta antes da data estabelecida para a diplomação dos eleitos na cidade de Balneário Camboriú, agendada para o próximo dia 16/12/2024, é tempestiva a ação.

Além de ser entendida como fraude, o ilícito objeto da presente ação também configura abuso de poder político, conforme entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que se redimensiona a força política do partido em favor dos candidatos homens ao trazer ao pleito candidaturas femininas fictícias e, portanto, a Ação de Investigação Judicial Eleitoral é o instrumento adequado para o processamento da demanda.

² Art. 22. Qualquer **partido político**, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político.

³ Art. 24. Nas eleições municipais, o Juiz Eleitoral será competente para conhecer e processar a representação prevista nesta lei complementar, exercendo todas as funções atribuídas ao Corregedor-Geral ou Regional, constantes dos incisos I a XV do art. 22 desta lei complementar, cabendo ao representante do Ministério Público Eleitoral em função da Zona Eleitoral as atribuições deferidas ao Procurador-Geral e Regional Eleitoral, observadas as normas do procedimento previstas nesta lei complementar.





Por sua vez, a constituição da lide se dá pela inclusão de todos os vereadores listados no DRAP do Partido Liberal, nos autos n. 0600188-55.2024.6.24.0056, consoante a jurisprudência do TSE, que admite a faculdade da inclusão daqueles que são atingidos na esfera dos seus direitos por via reflexa.

Assim, mediante o preenchimento de todos os requisitos formais da ação, requer-se o recebimento desta petição inicial e o devido processamento.

III. DESCRIÇÃO FÁTICA - CANDIDATURAS FICTAS

Trata-se de Ação de Investigação Judicial que busca apurar a ocorrência de fraude, mediante a burla da determinação expressa no §3º do art. 10 da Lei n. 9.504/97 de que os partidos e coligações devem preencher no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas para cada sexo.

Em que pese esse dispositivo legal, a promoção da igualdade de gênero e o fomento à inclusão efetiva de mulheres no processo político encontra fortes resistências no momento de sua efetivação, o que dá azo à fraude, que pode ser observada pelo reduzido financiamento de candidaturas, ao recrutamento de candidatas com pouco potencial eleitoral, entre outros.

Dentre as 19 vagas, a agremiação **elegeu 06 vereadores (31%)**, dentre eles o mais votado da cidade com mais de 3 mil votos, e pela elevada votação da legenda, alcançou o feito de enquadrar **todos os demais candidatos como suplentes**. Em que pese o fenômeno de votos, nenhuma mulher foi eleita.

Ora, com tamanho poder de captação do eleitoral da cidade de Balneário Camboriú, seria ao menos razoável que uma mulher fosse eleita, caso houvesse investimento por parte da agremiação equivalente ao realizado em prol dos homens.

No entanto, percebe-se que não houve efetivo empenho para alcançar o objetivo da norma no mundo real, senão o encaminhamento pelo cômodo preenchimento do requisito meramente formal.

No presente caso, das 8 candidatas inscritas no pleito, ao menos 4 são candidaturas potencialmente fictas, sendo as candidatas **ELIETE ANDRADE VERAS, FERNANDA GELOCHA, ROZELIA ROCHA MARTINS E SUELLEN ARRUDA GONÇALVES**, como será detalhado a seguir.

iii.1 – ELIETE ANDRADE VERAS

A candidatura de Eliete chama a atenção pois revela que, desde o preenchimento do DRAP, a agremiação não a tratou com o devido zelo: a candidata



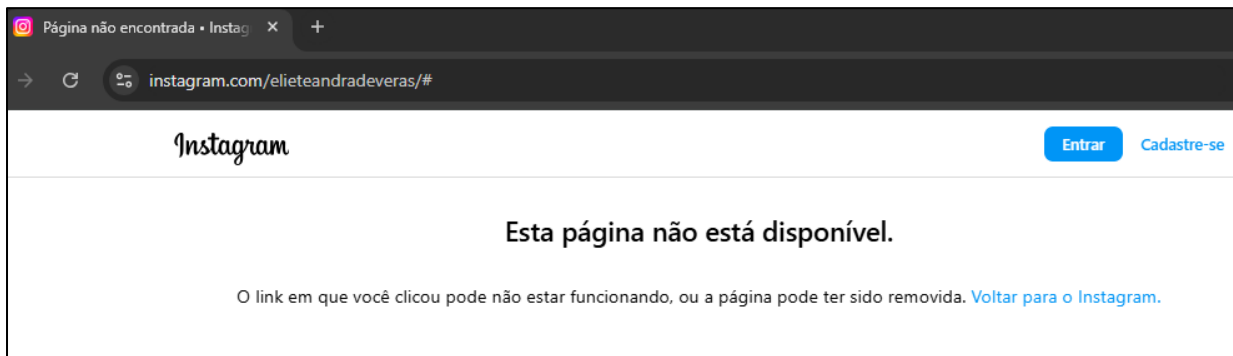


foi impedida de concorrer pois seu registro de candidatura foi indeferido, ante a ausência de domicílio eleitoral no prazo mínimo de 06 meses.

Como é de praxe, até o trânsito em julgado dos recursos, é facultado ao candidato concorrer sub judice e praticar todos os atos típicos de campanha.

No caso concreto, observa-se que a candidata Eliete **não praticou nenhum ato de campanha até sua substituição, que ocorreu em 16/09/24** - data do acórdão do TRE-SC, após 1 mês do início da campanha eleitoral (16/08/2024).

Ao consultar o respectivo registro de candidatura, foi possível verificar que **a página de rede social informada não existe:**



<https://www.instagram.com/elieteandradeveras/#>

Merece destaque o fato de que sua prestação de contas foi apresentada **zerada**, sem qualquer arrecadação de recurso e sem gastos:



O indeferimento da candidatura não impede a verificação de que a candidatura tenha sido fictícia, em verdade, tem-se que a desídia do partido político





é também um forte indício de que **essa candidata foi incluída no DRAP de forma meramente burocrática.**

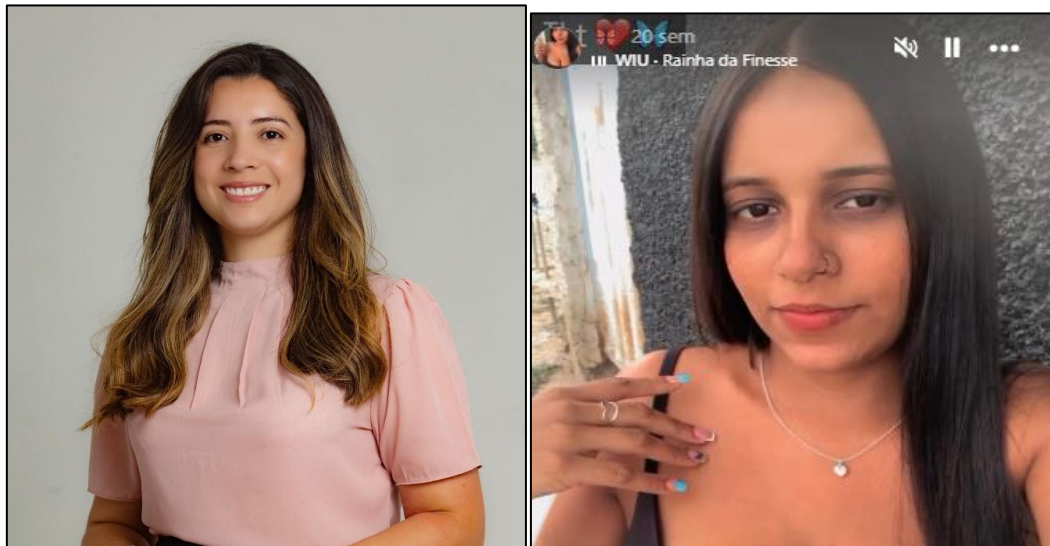
Ora, Excelência, a conferência da documentação de registro de candidatura é um dos atos primordiais de preparação da eleição e é de responsabilidade da candidata e do partido. O que se verifica no presente, pois a partir do registro da candidatura ficta, observou-se um ato de campanha sequer.

Isso revela a negligência do partido, nos termos do §2º do art. 8º da Res. TSE n. 23.725/2024.

iii.2 – SUELLEN ARRUDA GONÇALVES

A candidata Suellen foi registrada em 09/09/2024, após a sentença de indeferimento prolatada nos autos do registro de candidatura de ELIETE ANDRADE VERAS, em 02/09/2024, que foi confirmada pelo TRE-SC em 16/09/2024.

Apesar de ter à disposição quase 1 mês de campanha eleitoral, a candidata **não praticou nenhum ato de campanha.** Chama a atenção que em seu RRC consta uma URL de perfil de rede social que não é de sua titularidade:



À ESQUERDA: FOTO DE URNA

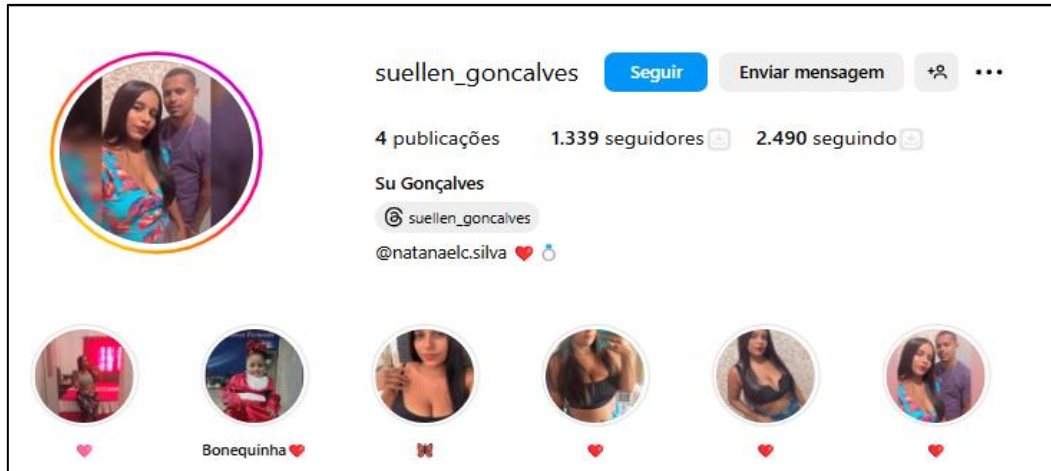
À DIREITA: FOTO DE REDE SOCIAL DO RRC

https://www.instagram.com/suellen_goncalves





CLAUDIA BRESSAN
CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA



Em verdade, os perfis da candidata são os seguintes:

FACEBOOK: <https://www.facebook.com/suellengoncalve>

INSTAGRAM: <https://www.instagram.com/suellengoncalves/>



Dessa constatação, revela-se (i) a desídia do Partido no momento de realização do registro de candidatura e (ii) a ausência de realização de propaganda eleitoral, haja vista a inexistência de qualquer postagem no perfil em rede social de promoção de sua candidatura.

Ainda, igualmente à candidata Eliete, Suellen apresentou **prestação de contas zerada**, sem registro de qualquer doação recebida estimável de material de campanha por parte da agremiação:



(48) 99148-0206



R. Jerônimo Coelho, 383 • Sala 406
Centro, Florianópolis - SC



A candidata obteve 16 votos, ou seja, **quantidade irrisória**, especialmente considerando a elevada votação obtida pelos outros candidatos do mesmo partido.

Neste caso, não foi possível verificar material de campanha impresso, material de campanha para redes sociais, tampouco qualquer tipo de gasto registrado na prestação de contas.

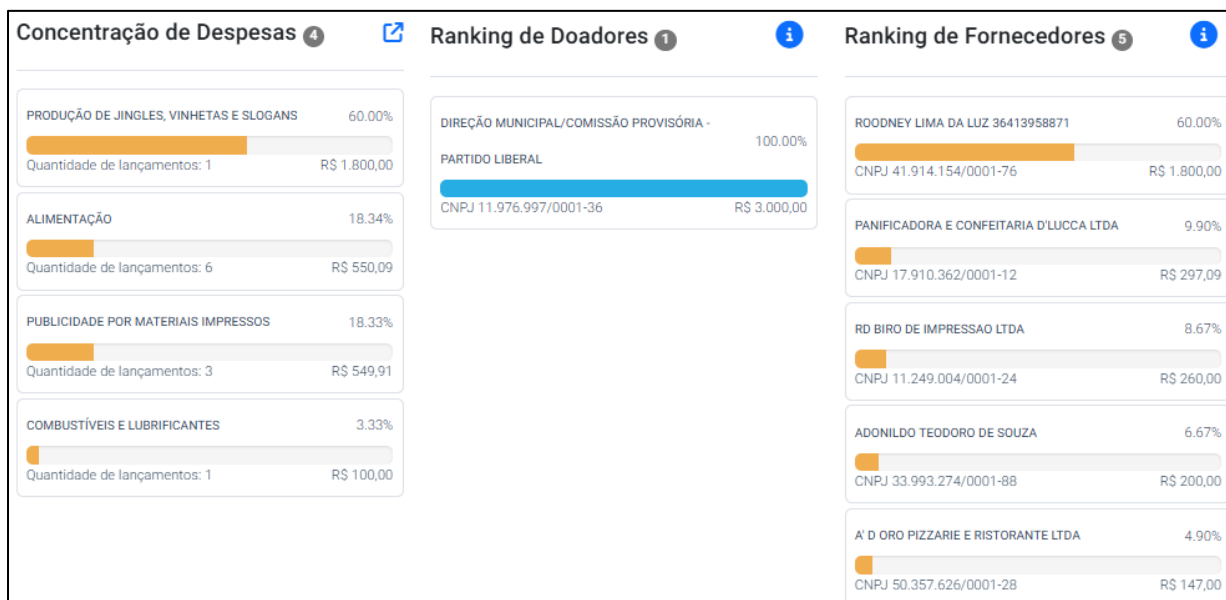
Situação que reforça a tese ora defendida, de candidaturas fictícias.

iii.3 – FERNANDA GELOCHA

A candidata Fernanda Gelocha, por sua vez, recebeu apenas 14 votos, ou seja votação inexpressiva, além de evidenciar a falta de atos de campanha de promoção de sua candidatura.

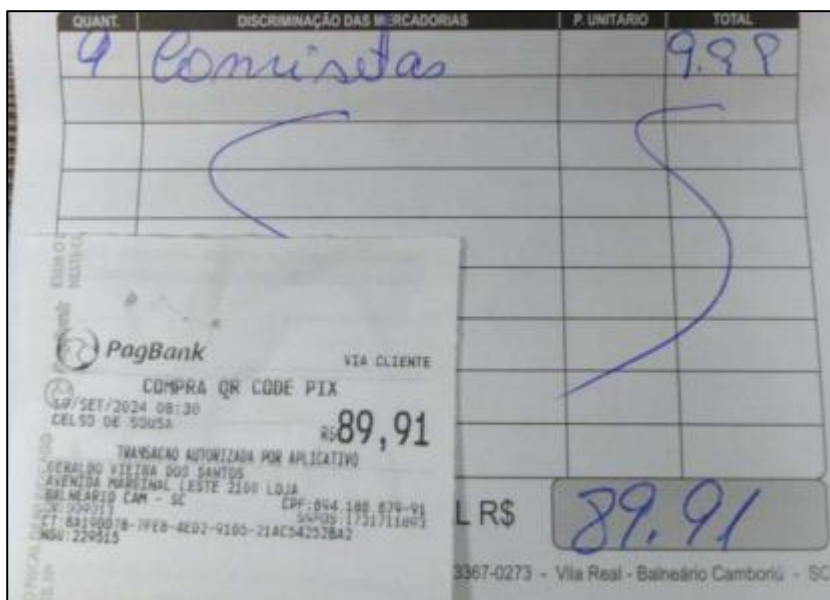
Em sua prestação de contas, autos n. 0600323-67.2024.6.24.0056, declarou o recebimento de R\$ 3.000,00 (três mil reais) do Diretório Municipal do PL e o gasto em 4 categorias: combustível, jingle, alimentação e publicidade por materiais impressos:





O curioso é que as despesas elencadas na categoria “publicidade por materiais impressos” inclui a aquisição de:

- 09 camisetas - ID 124711728: R\$ 89,91



- Agendas – ID 124711727: R\$ 260,00

Descrição do Serviço

Serviço 1 - Agenda Fixa - Padrao Copia e Cia QTD: 4 Valor Unit: 55.00 Valor Total: 220.00

Serviço 2 - Capas Modelo: Capa dura no tamanho 15x21 - (nao inclui expiral, e ou wire-o) QTD: 4 Valor Unit: 11.00 Valor Total: 44.00

- Serviço de estamperia: R\$ 200,00





Nota Fiscal Venda a Consumidor			
Mod. 2 - Série "D-1"			0011
Data da Emissão: 23/05/2024			
Sr.: Sermonda GELOCHA			
End.:			
CNPJ: 56745270000186			
Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	TOTAL
05	ESTAMPAS	20,00	100,00
02	Paquetes x 98.	50,0	100,00
Não vale como recibo			TOTAL R\$ 200,00

Nota-se que não há qualquer material típico de campanha, como santinhos, panfletos, perfurados etc.

A documentação sobreveio sem registros de gasto com pessoal, sem termos de voluntariado ou qualquer outro documento que indique a participação de outras pessoas na campanha.

Todavia, é inconteste que a movimentação é atípica e demonstra elementos absolutamente incompatíveis com o desenvolvimento de uma candidatura, o que ressalta a fictícia pretensão eleitoral.

iii.4 - ROZELIA ROCHA MARTINS

A candidata Rozelia chama a atenção por igualmente apresentar pouquíssimos votos, pois obteve apenas 30 votos.

Assim como as candidatas Eliete e Suellen, há **prestação de contas zerada:**





De sua rede social, vê-se que a candidata participou de poucos eventos partidários⁴, mas nenhum ato de campanha foi realizado, como se pode perceber pela votação recebida:



https://www.instagram.com/rozelia_rocha/

Segundo os critérios estabelecidos pela Resolução dos Ilícitos, todas as candidatas apresentadas são passíveis de demonstração da fraude à cota de gênero.

⁴ Palestra de Caio Coppola para candidatos a vereador promovida pelo PL: <https://portalmenina.com.br/tag/caio-coppola/>





iii.5 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE AS CANDIDATURAS

A Res. TSE n. 23.735/24, §4º do art. 8º, indica que “para a caracterização da fraude à cota de gênero, é suficiente o desvirtuamento finalístico, dispensada a demonstração do elemento subjetivo”.

Ou seja, para além dos critérios exemplificativos admitidos na Res., as medidas incompatíveis com o espírito da norma igualmente demonstram que a cota foi preenchida de forma meramente formal, sem que atos de promoção das candidaturas femininas sejam realizados.

Chama a atenção que **todas as candidatas** a vereadoras do PL foram **notoriamente subfinanciadas**.

Conforme demonstra o quadro abaixo, construído a partir das informações disponíveis no DIVULGACAND, tem-se que 12 (dos 13) candidatos homens receberam **pelo menos R\$ 5.000,00 de recursos do PL**:

SUBFINANCIAMENTO DAS CANDIDATURAS FEMININAS (ordem decrescente do valor total arrecadado)				
CANDIDATURAS	VOTOS	TOTAL ARRECADADO	PL NACIONAL	PL MUNICIPAL
VICTOR HUGO SILVA FORTE - eleito	2.888	R\$ 158.634,62	R\$ 135.134,62	R\$ 0,00
ARLINDO DA CRUZ	1.384	R\$ 148.226,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00
JAIR RENAN VALLE BOLSONARO - eleito	3.033	R\$ 142.509,62	R\$ 135.134,62	R\$ 2.375,00
MARCOS BROLLO JUNIOR	371	R\$ 135.134,62	R\$ 135.134,62	R\$ 0,00
CARLOS SOUZA FERNANDES - eleito	2.274	R\$ 134.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ASINIL MEDEIROS - eleito	1.831	R\$ 63.200,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00
GUILHERME ALVARO BOOS MAIA CARDOSO - eleito	1.930	R\$ 49.040,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANDERSON DOS SANTOS - eleito	1.676	R\$ 34.298,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00
VICTOR GUILHERME CAMPOY AMATO	386	R\$ 28.195,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00
JONE ANTONIO MOI	609	R\$ 17.181,40	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00
ROSINALVA APARECIDA PEREIRA ROCKFELLER ZIRMNER	90	R\$ 16.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00
GRAZIELA ARALDI DE AZEVEDO	91	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 0,00
ANDRÉA PORFIRIO LIBERATORI HOWE	30	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00
PAULO DO AMARAL FERREIRA	18	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00
WELLINGTON SANTOS COELHO	33	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00
FERNANDA GELOCHA	14	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00
ROBERTO SOUZA JUNIOR (sem prestação de contas)	50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ELIETE ANDRADE VERAS - substituída	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ROZELIA ROCHA MARTINS	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUELLEN ARRUDA GONÇALVES - substituta	16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

No entanto, o repasse de recurso não observa o mesmo padrão para as candidaturas femininas.

Observe-se que o valor destinado às candidatas foi notoriamente inferior àquele destinado aos candidatos e **nenhuma delas alcançou a margem dos 100 votos**.





Com máxima vênia, está evidente que as candidatas não receberam o mesmo tratamento e tampouco receberam os estímulos materiais necessários para efetivação dos objetivos precípuos que norteiam a norma da cota de gênero.

Pelo exposto, fica evidente que a agremiação agiu de forma burocrática na formação da chapa, suprimindo a distribuição de gênero sem atuar para promover, na prática, o desenvolvimento de quadros femininos.

IV. FRAUDE À COTA DE GÊNERO

A fraude à cota de gênero contamina todo o DRAP do partido infrator. A legislação eleitoral é categórica ao determinar que, diante da comprovação de candidaturas fictícias, devem ser anulados os registros de todos os candidatos vinculados ao DRAP, com a cassação de seus mandatos e a redistribuição dos votos.

O art. 20, §5º da Resolução TSE nº 23.609/2019 dispõe que a comprovação de candidaturas fictícias implica:

- A nulidade do DRAP;
- A cassação dos diplomas ou mandatos de todos os candidatos eleitos vinculados ao DRAP;
- A retotalização dos resultados;

Neste sentido, o entendimento jurisprudencial está amplamente pacificado, sumulado pelo Tribunal Superior Eleitoral na sua súmula 73:

A fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir:

- (1) votação zerada ou inexpressiva;
- (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e
- (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros.





O reconhecimento do ilícito acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

Os elementos da súmula supracitada foram incorporadas à Res. TSE n. 23.735/2024, pelo art. 8º, conforme já citado.

Neste caso concreto, **os 3 indícios de candidatura laranja estão presentes.**

As candidatas Suellen, Fernanda e Rozelia receberam **16, 14 e 30 votos** respectivamente, o que é irrisório perante o colégio eleitoral de Balneário Camboriú e pelos votos recebidos pelo PL.

Ademais, as candidatas Eliete, Rozelia e Suellen apresentaram prestação de contas zerada e, ainda que a candidata Fernanda tenha efetuado gastos, são de pequena monta e insuficiente para demonstrar atividades de campanha eleitoral, pois nem santinhos foram produzidos.

Quanto aos atos efetivos de campanha, nenhuma das supostas candidatas realizou qualquer ato, seja este presencial ou por meio de rede social.

Deste modo, está clara a presença dos elementos clássicos de tipificação da fraude à cota de gênero.

Da continuidade da leitura da súmula podemos retirar os efeitos que o reconhecimento do ilícito acarreta, sendo estes:

(a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles;

(b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE);





(c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

Como o respeito a cota de gênero, é elemento basilar da lisura e do reconhecimento do DRAP, a comprovação da fraude à cota faz com que todo o DRAP deva ser cassado, e por consequência disso todos os diplomas ou mandatos vinculados a este devem também ser cassados, não dependendo de participação anuência ou ciência do ilícito.

Neste sentido entende a Ministra Rosa Weber, que assentou a essencialidade desta medida para remover do pleito todos os efeitos decorrentes da fraude e desestimular o criação de novas candidaturas fraudulentas:

Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 c/c art. 22, XIV, da Lei Complementar 64/1990. Consequências pela fraude à cota de gênero. Inelegibilidade dos envolvidos e cassação do registro ou do diploma dos diretamente beneficiados. Pedido de atribuição de interpretação conforme à Constituição. Improcedência do pedido. (...)7. Fraudar a cota de gênero – consubstanciada no lançamento fictício de candidaturas femininas, ou seja, são incluídos, na lista de candidatos dos partidos, nomes de mulheres tão somente para preencher o mínimo de 30% (trinta por cento), sem o empreendimento de atos de campanhas, arrecadação de recursos, dentre outros – materializa conduta transgressora da cidadania (CF, art. 1º, II), do pluralismo político (CF, art. 1º, V), da isonomia (CF, art. 5º, I). (...)12. **Não há falar em violação do princípio da proporcionalidade. Isso porque a interpretação do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 c/c art. 22, XIV, da Lei Complementar 64/1990 é: (i) adequada, porquanto apta punir todos os envolvidos nas práticas fraudulentas, bem como extirpar do ordenamento jurídico os efeitos decorrentes dos atos abusivos, mediante a cassação do registro ou do diploma de todos que deles se beneficiaram; (ii) necessária para evitar a contumaz recalcitrância das agremiações partidárias no adimplemento da ação afirmativa (cota de gênero) instituída pelo legislador, de modo a transformar as condutas eleitorais, incentivando, efetivamente, a participação feminina na política; (iii) proporcional em sentido estrito, tendo em vista que, ao contrário do sustentado, não acarreta desestímulo para participação do pleito e incentiva os partidos a fomentarem, a desenvolverem e a integrem a participação feminina na política.** 13. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida. Pedido julgado improcedente. (ADI 6338, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 03-04-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 06-06-2023 PUBLIC 07-06-2023)





Portanto, é medida adequada e constitucional a cassação dos diplomas ou mandatos daqueles que se beneficiam, mesmo que sem participação ou conhecimento da fraude à cota de gênero.

Além disso, a conduta enseja a aplicação das sanções previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, que incluem a **inelegibilidade dos responsáveis por 8 anos**.

V. REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, requer-se à Vossa Excelência:

- i. O recebimento desta petição e a instauração da investigação judicial eleitoral;
- ii. A citação:
 - i. Do Partido Liberal de Balneário Camboriú, na pessoa de seu presidente, sr. Fabrício de Oliveira, atual Prefeito de Balneário Camboriú, que pode ser contatado pelo telefone (47) 99967-4533 ou no endereço Rua Dinamarca, n. 230, Bairro Nações, Balneário Camboriú;
 - ii. das candidaturas vinculadas ao DRAP fraudado, conforme qualificados na abertura da peça. para apresentarem defesa no prazo legal;
 - iii. prezando pela celeridade e pela economia processual, que a citação seja feita pelo representante da Justiça Eleitoral na cerimônia de Diplomação dos Eleitos, a ser realizada no próximo dia 16/12/2024;
 - iv. alternativamente, que a citação seja realizada por meio eletrônico, consoante a disposição do art. 246 do CPC, nos telefones de contato oferecidos no registro de candidatura;
- iii. A determinação de instrução processual com a oitiva de testemunhas arroladas a seguir e colheita do depoimento pessoal de cada candidata feminina, o compartilhamento das prestações de contas, bem como a realização de diligências eventualmente necessárias;
- iv. Ao fim, o julgamento procedente da ação mediante o reconhecimento da existência de fraude à cota de gênero, para que seja decretada:
 - i. A nulidade do DRAP do Partido Liberal de Balneário Camboriú;





- ii. A cassação dos diplomas ou mandatos de todos os candidatos eleitos vinculados ao DRAP fraudado, com a consequente retotalização dos votos e redistribuição do quociente partidário;
- iii. A aplicação das sanções de inelegibilidade, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, aos responsáveis pela fraude;

Nesses termos, pede deferimento.

De Florianópolis para Balneário Camboriú/SC, 15 de dezembro de 2024.

CLAUDIA BRESSAN

OAB/SC 32.985

GIOVAN NARDELLI

OAB/SC 21.984

NICOLE GOTSFRIDT

OAB/SC 65.345

JOÃO PEDRO SANSÃO

OAB/SC 59.634

